



Ano III — N. 4
(Mai 61)

Coordenador: Maj AMERINO RAPOSO FILHO

SUMÁRIO

I — BASES FILOSÓFICAS

PODEMOS COMBATER ?

Major Sebastião Ramos de Castro.

II — GUERRA REVOLUCIONARIA

A GUERRA TERMONUCLEAR E O PROBLEMA DAS POPULAÇÕES CIVIS

Ten-Cel Victor Werner.

III — ORGANIZAÇÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA: SOLUÇÃO POLITICA ADMINISTRATIVA OU TÉCNICA ?

Major Germano Seidl Vidal.



TEORIA DE GUERRA

Teoria de Guerra é o trabalho científico que se destina a determinar os princípios intrínsecos, extrínsecos e de ação do fenômeno por excelência social, que é a Guerra.

A teoria da guerra representa a parte superior, subjetiva da guerra.

DOCTRINA DE GUERRA

Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos, mostra-nos desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo então, somente aplicável àquele país e numa determinada época.

Sendo a Guerra um fenômeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra.

REGULAMENTO

Ao executante não interessa o domínio das concepções subjetivas, como acontece em alto grau na Teoria de Guerra e, em menor escala, na Doutrina de Guerra, porém, algo concreto, que lhe sirva de guia na realidade do campo de batalha, isto é, o Regulamento.

Então, é o Regulamento o repositório de normas e procedimentos para os executantes. Traduz o pensamento doutrinário, o modo operatório em situações diversas. Constitui um todo harmônico e homogêneo.

I — BASES FILOSÓFICAS

PODEMOS COMBATER ?

Major SEBASTIAO RAMOS DE CASTRO

NOTA DO REDATOR

Eis uma pergunta que deve estar presente a todos os profissionais da guerra, com a responsabilidade de preparar as forças para a emergência de um conflito que, se por nós não é nunca desejado, contudo, não nos cabe responsabilidade maior por sua eclosão, que isso é tarefa sobretudo dos políticos. Pois, a "Guerra é a continuação da Política, por outros meios".

Na verdade, a resposta a tal indagação, têmo-la com a formação d'uma Doutrina Militar e de Emprêgo das Fôrças Terrestre, Aérea e Naval, atualizada, flexível, em consonância com a Realidade Conjuntural, Regional e Continental. Doutrina que atenda aos reclamos da Guerra Moderna, em suas formas expressivas, Regular e Revolucionária.

E será, sem dúvida, dos problemas relevantes dessa estruturação doutrinária, os itens que adiante enumeramos e que servem de centro de gravidade às idéias desenvolvidas pelo Maj Castro, brilhante oficial do Estado-Maior e inteiramente debruçado sôbre a Realidade Militar Brasileira e suas implicações na Estratégia da Segurança Nacional:

- 1 — Existência de Líderes Militares;
- 2 — Existência de Quadros Eficientes;
- 3 — Existência de GU Eficientes;
- 4 — Existência de Reservas Eficientes.

Que os leitores meditem relativamente a tais aspectos de nossa Doutrina de Emprêgo no Campo puramente militar, e nos enviem outros trabalhos para debate e divulgação de idéias, são os votos que formulamos.

Maj A. Raposo Filho

No mundo conturbado dos dias de hoje, a ameaça de guerra é uma constante. Vemos as nações se lançando a uma corrida trêmeme pela busca de armamentos cada vez mais poderosos, aperfeiçoando suas organizações militares, aprimorando a formação dos seus chefes, desenvolvendo os recursos nacionais e perseguindo, com tenacidade, uma política nacional. Para que essas nações sejam capazes de cumprir a política nacional estabelecida, suas forças Armadas são objetos de cuidadoso estudo e de cada vez maior atenção. Haverá uma 3ª Guerra Mundial?

Quisérámos ser o profeta ou o analista otimista que pudesse com apenas numa palavra afastar todos os nossos receios, ao dizer, com simplicidade: — NÃO.

Infelizmente, não somos do grupo otimista nem podemos, com segurança e talvez, com o fatalismo decorrente da carreira que abraçamos, concordar com essa negação tão simpática e que tanto nos agradaria. Não vejam em nós os "profissionais da guerra". Nada dela lucrámos e, ao contrário, dela sòmente recebemos os pesados ônus.

Somos humanos e tão humanos como o mais pacífico civil.

Mas somos educados para avaliar o perigo, para analisar as situações, para podermos procurar soluções para os problemas militares.

Estará o Brasil imune ao perigo de uma 3ª guerra mundial? Poderemos ficar neutros? Seremos suficientemente fortes para impor o nosso desejo?

Estudiosos têm analisado detalhadamente tal problema. Parece-nos muito difícil mantermos posição de neutralidade. Mas se tivermos de agir, **militarmente**, estaremos em condições

Poderemos responder a essa pergunta? Evidentemente, não estamos num nível de autoridade capaz de examinar, com o devido discernimento, tão delicada pergunta. Cabe-nos apenas analisar alguns pontos que julgamos **básicos** para que se possa agir **militarmente com eficiência**.

Os aspectos que julgamos devam ser encarados, de um ponto estritamente militar, são os seguintes:

1. Existência de Chefes (Formação, capacidade de liderança, atualização de conhecimentos);
2. Existência de Quadros Eficiente (oficiais e graduados);
3. Existência de GU eficientes;
4. Existência de Reserva de reserva eficientes.

Analisemos, sucintamente, os pontos acima.

1. É velho adágio de que "a tropa é o reflexo do Chefe". O chefe, o líder, o condutor, deve merecer a confiança dos subordinados, deve ser íntegro, capaz, dedicado, devotado aos deveres profissionais, modesto. Sua palavra deve ser recebida com acatamento e os conceitos que emitir devem ser objeto de meditação e estudo, por parte dos subordinados. O chefe moderno deve estar atualizado, não pela leitura de artigos esparsos e de conceitos muitaz vèzes apressados, mas sim como decorrência de um estudo pormenorizado e contínuo, que lhe per-

mita situar-se no quadro do futuro campo de batalha, sem o que os conceitos que emitir somente poderão ter alguma repercussão nos subordinados de estreita formação intelectual, enquanto que, nos demais, serão objeto de ironia, dúvida, desconfiança e descrédito. O chefe moderno deve inspirar confiança, inclusive pela sua capacidade física. Atitude firme, expressão decidida, coragem na afirmação de conceitos, equilíbrio, justeza e coerência de atitudes são os fatores que fazem o chefe ser um CHEFE.

2. Os quadros devem estar à altura dos chefes. Formação intelectual e profissional são as bases para a criação de quadros eficientes. Entretanto, a formação deve estar calcada em programas de ensino práticos, modernos, bem dosados e em que se procure ressaltar os aspectos morais na formação do futuro chefe. A eliminação oportuna dos incapazes ou dos que não revelam as necessárias características para a carreira que se propõem abraçar ou para o estágio que pretendem atingir, deve ser realizada. A bem do Exército devemos afastar os nossos sentimentos pessoais e sermos capazes de, com honestidade, analisar e decidir que certos indivíduos são, realmente, incapazes de galgar seja o grau de sargento, seja o posto de oficial ou mesmo de arcar com as responsabilidades de chefe superior.

Devemos ser capazes de proporcionar ao sargento ou ao oficial os meios para que ele não se torne um estagnado, um derrotista, um "cansado". A existência de atualização constante é imperiosa. O maior estímulo para a carreira decorre de uma apreciação correta dos valores em formação, enquanto que o apoio ao "carreirismo" é o fator desagregante da existência de quadros capazes.

3. Somente se pode pensar em combates se dispusermos de GU eficientes. Como GU eficientes entendemos organizações combatentes modernas, capazes de agir no futuro campo de batalha desde que devidamente instruídas em tempo de paz. Para isso, as GU devem estar localizadas de maneira a permitir a instrução integrada, o apoio à instrução das reservas, de modo a que seu Cmt possa, realmente, exercer o Cmdo, de maneira a que os elementos de apoio logístico existam e se integrem com a GU. A instrução exigirá, além dos recursos materiais indispensáveis, a existência de manuais e regulamentos modernos e não "traduções provisórias", por vezes, inclusive, destinadas a unidades não existentes.

A organização logística de tempo de paz deve corresponder às previsões de tempo de guerra.

Esta afirmativa é evidente, mas estamos seguindo uma linha de coerência? O que diz o C 100-10 a respeito das responsabilidades pela obtenção, armazenamento e distribuição do Sup de C/III? Qual o Sv encarregado dessas operações? Está esse Sv capacitado, em tempo de guerra, de exercer as funções prescritas em manual regulamentar, se, em tempo de paz, jamais se preocupou com esse problema?

4. Nenhum exército moderno pode se manter, em tempo de guerra, com apenas os quadros permanentes. As reservas são o reservatório para a manutenção dos efetivos das unidades existentes e para a mobilização de novas unidades. Entretanto, isto só será possível se as reservas existentes forem eficientes, se forem realmente capazes de, em curto prazo, estarem atualizadas e capazes de combater. A formação da reserva eficiente está ligada à instrução que teve durante o seu tempo de serviço militar, mas a manutenção de sua eficiência decorre da possibilidade de, periodicamente, trazer os reservistas para períodos de atualização de, periodicamente, rever a instrução, trazer os reservistas para períodos de atualização de conhecimentos, etc. Ademais, o reservista só será eficiente na guerra se foi empregado na execução dos deveres para o qual foi treinado. Se a instrução que lhe foi ministrada corresponde a uma certa graduação ou posto somente estará em condições de assumir as responsabilidades correspondentes a essa graduação ou posto. Caso contrário, será necessário, durante o tempo de paz, ministrar a instrução correspondente à graduação ou posto que assumiu ao passar para a reserva.

Vimos, pois, muito rapidamente, os aspectos que alinhamos. Dirão talvez — são evidentes, e são de nosso conhecimento. Sabemos, mas o que queremos lançar é a semente da meditação sobre essas problemas, de modo a frutificar no solo generoso da capacidade nossos chefes e produzir os frutos que serão as soluções a tão cruciantes problemas e que, na sua integração, permitirão que possamos, com orgulho, dizer: — SIM. PODEMOS COMBATER. SOMOS UMA FORÇA TERRESTRE EFICIENTE.

Os conceitos emitidos nos artigos assinados em a SEÇÃO DE DOUTRINA MILITAR, são da exclusiva responsabilidade dos autores, não traduzindo, portanto, orientação da Diretoria da Revista.

Os originais publicados poderão ser transcritos, salvo quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e o autor.

A correspondência para SEÇÃO DE DOUTRINA MILITAR deverá ser endereçada a:

Maj Amerino Raposo Filho

"A Defesa Nacional"

Ministério da Guerra — Rio de Janeiro — Brasil.

II — GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A GUERRA TERMONUCLEAR E O PROBLEMA DAS POPULAÇÕES CIVIS

Ten-Cel Int VICTOR WERNER

Traduzido da "Revue Militaire Générale", de junho de 1958.

Quais são os novos elementos da guerra moderna que dão uma amplitude até hoje desconhecida ao problema que as populações civis representam para o comando militar ?

Até que ponto devem os EM preocupar-se com este problema ?

De que maneira é preciso tentar enfrentá-lo ?

Eis as três questões que nos propomos a estudar.

As novas armas que os chefes militares dispõem caracterizam-se, na prática, pelos seguintes elementos:

- alcance ilimitado;
- potência de destruição ilimitada;
- efeitos devastadores inesperados, imprevisos e algumas vezes indesejáveis.

Continuemos a examinar estes pontos.

Os meios de lançamento de bombas H são suficientes para poder atingir um objetivo situado em não importa qual o ponto do globo terrestre. O tempo gasto por um projétil para atingir este objetivo vem reduzindo-se cada vez mais e de tal maneira que, em breve, o emprego do próprio radar não será suficientemente útil, porque decorrerão no máximo alguns minutos, senão segundos, entre o momento em que a sua tela revele a presença do EF de carga nuclear e o da destruição do objetivo. Disto resultará que, num futuro próximo, será possível desencadear um bombardeio em escala mundial, ocasionando assim destruição maciça quase instantaneamente. No lapso de tempo de algumas horas, objetivos situados a vários milhares de quilômetros uns dos outros poderão ser aniquilados.

Objetivos ? Quais objetivos ?

Há duas espécies: os denominados "militares" e os "não militares".

Ao falar em objetivos "militares" faz-se geralmente alusão àqueles que preocupam mais diretamente às Forças Armadas, por exemplo: deter uma penetração numa posição, destruir fortificações ou realizar a preparação de um ataque. Quanto aos objetivos "não militares" eles são definidos pela negativa: são todos aqueles que não são "militares".

Torna-se necessário realçar que estas definições são fluídas, imprecisas e não mais correspondem aos conceitos de uma guerra moderna?

Realmente, a **evolução dos meios de destruição operou uma verdadeira inversão no valor dos objetivos**. Os objetivos ditos "não-militares" são aqueles que, para o futuro, apresentarão o maior interesse para o inimigo. Eles serão os primeiros a serem aniquilados, porque a sua destruição é suscetível de conduzir, em breve prazo, o adversário à capitulação. A diferença de potência entre as armas utilizadas para destruir objetivos "militares" ou "não-militares" é significativa neste caso. No primeiro teme-se "desperdiçar a potência", enquanto que no segundo procura-se utilizar o máximo de potência possível. Para deter a progressão de um batalhão um só obus de alguns quilotones é mais que suficiente; para destruir uma grande capital, bombas de dez megatonnes são considerados como absolutamente normais. As bombas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki tinham, cada uma, a potência aproximada de 20 quilotones. Elas produziram as seguintes perdas (1):

Resultado: capitulação do Japão embora suas forças armadas ainda estivessem em condições de continuar a combater. Isto se passou em 1945.

Em 1956, o "Home Office" publicou um "Manual of Civil Defense" intitulado "Nuclear Weapons" no qual se pode ler: "Os novos detalhes técnicos do fascículo foram calculados de acordo com os efeitos de uma bomba de 10 megatonnes, **potência esta considerada perfeitamente conveniente para cálculo dos efeitos!** Nenhum tipo de potência de bomba H, entretanto, pode ser considerado como normal e **tipos maiores e menores podem ser fabricados**".

Dez megatonnes, isto é, dez milhões de toneladas ou dez bilhões de quilos de TNT, ou **500 vezes a potência das bombas de Nagasaki e Hiroshima!**

Convém ainda acrescentar a essas enormes potências o fato de que o lançamento de bombas termonucleares dão lugar, em certos casos, a **nuvens de radioatividade**. Essas nuvens flutuam na atmosfera durante um tempo demasiadamente longo, são impulsionadas pelo vento e depois tornam a cair a distâncias consideráveis do ponto de arrebentamento. A centenas de quilômetros do local bombardeado, os indivíduos poderão ser atingidos por essa "**precipitação**" que os tornará, no mínimo, doentes ao ponto de permanecerem incapazes para exercer a menor atividade em benefício da coletividade à qual eles pertencem. O gado será igualmente atingido. As colheitas tornar-se-ão impróprias ao consumo. A água será contaminada. Em certas zonas a vida tornar-se-á praticamente impossível. Algumas vezes a extensão da zona contaminada é impossível

(1) Dados obtidos de uma publicação do Departamento da Guerra dos Estados Unidos.

	HIROSHIMA	NAGASAKI
População total	255.000	195.000
Mortos ou desaparecidos	70.000	36.000
Feridos	70.000	40.000

de ser prevista; ela depende, em grande parte, de elementos essencialmente variáveis, a saber: a **direção e a velocidade dos ventos**.

Pela primeira vez na história, os homens atingiram uma tal perfeição na arte de destruição mútua que se tornou possível exterminar, em algumas horas, uma população de vários milhões de pessoas. Acrescente-se que as populações dos países do oeste da Europa são, pelo menos, **oito vezes mais concentradas** que as do mundo soviético. Dessa forma, é fácil compreender até que ponto pode o adversário ser tentado por essa horrível "estratégia da vida" a que nos referimos em outro artigo (2). Os duzentos milhões de europeus não constituem um objetivo "militar", no sentido tradicional do termo, mas se trata na realidade do objetivo número um da guerra futura. Londres, Paris, Roma, Atenas, Anvers, Milão, Marselha, Roterdão, Copenhague, Birmingham, Glasgow, Edimburgo, Amsterdão, Bruxelas, Lião, Hamburgo e Bonn, abrigando um total de 25 milhões de europeus, poderão ser destruídos no decorrer de uma só noite. Oito capitais, com todo os seus serviços administrativos centrais, com todo os órgãos de governo e de direção, poderão ser riscadas do mapa em algumas horas. As precipitações radioativas que resultarão de um tal borbardeio poderão cobrir uma parte considerável da Europa Ocidental e tornar, talvez, toda operação militar terrestre impossível. As destruições serão de tal amplitude que os governos serão colocados diante dum dilema doloroso: **ou dar a ordem para suspender o combate e capitular ou pronunciar uma verdadeira sentença de morte para seus concidadãos**. Inútil será acrescentar que a simples **chantagem de aniquilamento**, exercida por uma propaganda hábil, poderá ser suficiente para provocar capitulações separadas entre os aliados membros da OTAN.

Antes da desorganização dos exércitos, os governos talvez já tenham iniciado as preliminares da paz. Antes do desencadeamento dum contra-ataque terrestre, talvez as tropas já tenham sofrido perdas muito pesadas causadas pela precipitação. Resumindo:

— é, atualmente, possível lançar por toda parte, ao mesmo tempo, bombas 500 vezes mais potentes do que as que destruíram Hiroshima e Nagasaki;

— as populações civis podem, de hoje em diante, ser aniquiladas em algumas horas, e por conseguinte, tornar-se o objetivo número um da guerra futura.

Uma constatação se impõe: as forças armadas, cuja criação e manutenção só se justificam quando delas resulta uma proteção eficiente para o país, não mais estão em condições de impedir a destruição das populações civis. Por certo que as forças armadas podem repelir e esforçar-se por vencer o adversário, porém não lhes é mais possível, de hoje em diante, pôr os habitantes do país ao abrigo dos golpes inimigos.

Assim sendo, o que pensar das represálias que não deixariam de se abater sobre o inimigo bastante insensato que atacasse o mundo ocidental?

(2) "A guerra termonuclear e o problema das reservas humanas".

A resposta é brutal: a quem beneficiaria a vitória em um combate de tal maneira sangrento que a Europa não seria mais do que um imenso cemitério?

Eis os novos elementos que dominam a estratégia moderna. Como poderiam os EM ignorá-los?

A conduta da guerra é dominada, a partir de hoje, por um imperativo que se exprime familiarmente, no decorrer da primeira guerra mundial, pelas palavras: "contanto que a retaguarda mantenha". Infelizmente, depois que esse imperativo foi formulado, as noções de "retaguarda" e de "frente" modificaram-se completamente. Não há mais "retaguarda" no sentido de zona de território que se acha ao abrigo dos tiros e onde a nação inteira forja, com toda segurança, as armas necessárias aos seus guerreiros. Mas, existem sempre as populações civis e pode-se perguntar como essas populações poderiam "manter-se" sob um bombardeio executado com bombas H de 10 megatonnes, isto é, 500 vezes mais poderosas do que aquelas que provocaram a capitulação do Japão.

Em consequência, convém, antes de tudo, pôr as populações civis ao abrigo dos golpes adversários: tal é a condição prévia que deve ser cumprida, para que as forças armadas fiquem em condições de cumprir a sua missão de forçar o inimigo à capitulação.

Os EM nacionais e internacionais são os primeiros interessados em que as populações civis da OTAN fiquem protegidas ao máximo. Isto não significa, evidentemente, que a organização desta proteção pertença às autoridades militares, porém implica em que, no mínimo, os chefes indiquem às autoridades civis responsáveis as medidas de proteção civil que devam ser tomadas para que as populações possam suportar, com coragem, o fardo de uma guerra termonuclear sem correrem o risco de ser exterminadas.

Na verdade, autoridades políticas, tanto nacionais como internacionais, sempre tiveram o cuidado de assegurar a proteção das populações civis em tempo de guerra. Infelizmente, a falta de meios financeiros muitas vezes retardam as realizações práticas nesse domínio. Portanto os rápidos progressos constatados no decorrer destes últimos meses em matéria de lançamento de EF com carga termonucleares exigem, mais do que nunca, soluções imediatas e audaciosas.

Enquanto permanecer a ameaça de uma exterminação fulminante das populações civis, as forças armadas serão incapazes de cumprir a sua missão. Mas, mesmo se as forças armadas conseguissem, afinal de contas, bater o inimigo, o desastre seria de tal grandeza que se poderia, legitimamente, indagar se tudo não seria preferível a uma vitória tão sangrenta.

Duas atitudes se manifestam geralmente, quando a questão da proteção às populações civis se apresenta.

A primeira consiste em renunciar a tomar qualquer providência que seja sob o pretexto de que os meios de destruição sendo ilimitados nenhuma proteção coletiva pode ser organizada. Em consequência, todo o dinheiro despendido para esse fim é dinheiro perdido e é preferível

reservar nossos recursos financeiros disponíveis para aperfeiçoamento de nosso sistema defensivo a dispersá-los na organização de uma ilusória proteção civil.

A segunda atitude consiste em considerar que, para as nações, é mais vantajoso perder a guerra, mantendo suas populações mais ou menos intatas, do que ganhá-las com suas populações dizimadas. Em consequência, torna-se necessário desviar certos créditos inscritos nos orçamentos militares, para serem empregados na organização da proteção civil.

A verdade se encontra, segundo Lord Ismay, antigo Secretário da OTAN, entre as duas atitudes extremas.

Nenhum oficial contestaria que toda diminuição de créditos militares constituiria um erro trágico, cujas consequências poderiam ser desastrosas para o futuro do mundo ocidental. Porém, o erro não seria menos trágico, as consequências não seriam menos desastrosas se os governos não adquirissem, muito rapidamente, consciência do perigo que ameaçaria o mundo livre, caso a proteção civil, no seu sentido mais amplo, não fôsse rapidamente organizada de maneira verdadeiramente importante e eficiente.

É inútil perguntar-se, do ponto de vista econômico, novas despesas públicas são ainda possíveis, sem diminuição do padrão de vida das massas. Trata-se de saber se os povos europeus querem ou não sobreviver a um terceiro conflito mundial. Eis o momento de decidir se os europeus preferem gastar o seu dinheiro na aquisição de automóveis de luxo, aparelhos de televisão ou refrigeradores, ou se querem garantir melhor uma possibilidade de escapar da exterminação, pagando, desde já, os impostos necessários à criação dos recursos financeiros indispensáveis à construção de abrigos, à constituição de estoques de víveres e medicamentos e à organização de colunas móveis de defesa civil. **Torna-se necessário decidir: a tergiversação não mais é possível.** Se a decisão fôr negativa, se os governos responsáveis recuarem diante da amplitude do problema ou em face das dificuldades financeiras, é claro que será necessário ir até ao extremo, isto é, suprimir, em proporção considerável, as forças armadas de onerosa remuneração, que não poderão cumprir a sua missão.

Se, ao contrário, a decisão fôr positiva, será conveniente evitar, sobretudo, as meias medidas e mostrar-se escrupuloso nas realizações. Será necessário, antes de tudo, fazer prova de audácia e de imaginação. Entretanto, esse problema só pode ser resolvido pelas autoridades civis de cada país e só por elas.

Consideremos que não há dificuldades insuperáveis no que diz respeito ao problema que representam as populações civis para um exército em operações. Com efeito, a atenção que as populações exigem dos comandantes não constitui fato novo.

Em 1940, a capitulação do Exército belga foi determinada, numa certa proporção, pela presença de dois milhões de civis numa zona exígua onde as tropas se achavam cercadas. Prolongar a resistência seria pro-

vocar infalivelmente o massacre inútil de milhares de não-combatentes. Nessa época a sorte dos refugiados fugitivos pelas estradas da Bélgica e da França era particularmente trágica; do ponto de vista estritamente militar, a presença desses infelizes trazia problemas de movimento e de transporte quase insolúveis.

Estas duras lições não foram esquecidas. Em 1944, após quatro anos de experiência, os EM se encontravam perfeitamente preparados para enfrentar os problemas das populações civis. Os americanos, na Escola de Governo Militar de Charlottesville, e os ingleses, na Escola de Estado-Maior para Relações Públicas, formaram um grande número de oficiais especializados em relações públicas e governo militar.

A missão desses oficiais era dupla:

- 1º. aliviar o comando das preocupações com as populações civis, no decorrer das operações militares;
- 2º. transformar o ônus que representavam as populações civis para os exércitos em operações em uma ajuda eficiente.

Esta missão se conserva sempre a mesma em sua essência, porém tem variado em amplitude proporcionalmente ao acréscimo da potência destruidora das armas modernas. Ora, por mais paradoxal que possa parecer, nenhum exército europeu dispõe, no momento atual, de oficiais de relações públicas. Parece então que há uma lacuna importante a ser preenchida e que talvez não seja bastante tarde para iniciar esse empreendimento.

Poder-se-ia objetar que os pontos de vista expressos pelas autoridades são exageradamente pessimistas. Assim não se pode admitir porque o inimigo destruiria a Europa a golpes de bombas termonucleares, o que teria como primeira consequência privá-lo do benefício de suas eventuais conquistas. Essas objeção parece perfeitamente admissível. Mas quem sabe a respeito do que o futuro nos reserva? Quem sabe se ao invés de bombas termonucleares o inimigo utilizaria gases paralisantes? Quem poderia dizê-lo?

Mas, nós pensamos que a "estratégia da vida", que a estratégia do terror e da exterminação das populações civis seria a única estratégia suscetível de provocar capitulações em cadeia, tendo por fim e por efeito isolar muito rapidamente nossos aliados americanos.

Achamos que, caso isto se realizasse, o mundo livre conheceria a mais horrorosa catástrofe de sua história. E por assim pensarmos, queremos lançar um verdadeiro grito de alarme. Ao concluir, repetimos as palavras de M Spaak, o atual Secretário-Geral da OTAN, pronunciadas em outras circunstâncias: "Não é demasiadamente tarde... porém é oportuno".

III — ORGANIZAÇÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA. SOLUÇÃO POLÍTICA, ADMINISTRATIVA OU TÉCNICA?

Major GERMANO SEIDL VIDAL

NOTA DO REDATOR

Continuamos, com o presente número, o debate relativamente ao Ministério da Defesa, órgão coordenador por excelência das atividades dos três atuais Ministérios Militares. O sentido é puramente especulativo, de indagação, envolvendo apenas o domínio das idéias.

Ao apresentarmos mais êsse trabalho da lavra do Major Vidal, formulamos um apêlo no sentido de que outros artigos nos sejam enviados para publicação em as colunas de "Doutrina Militar Brasileira".

Major A. RAPOSO FILHO

MINISTÉRIO DA DEFESA, SOLUÇÃO POLÍTICA, ADMINISTRATIVA OU TÉCNICA?

Major GERMANO SEIDL VIDAL

Existe já conceito generalizado de que nossas Fôrças Armadas necessitam ser reestruturadas. Os que assim pensam, encontram o denominador comum na criação do Ministério da Defesa, pois a novel forma de dirigir as três Fôrças propiciaria, a curto prazo, chegar-se ao desiderato almejado.

A opinião pública nacional não está aparte no debate do apaixonante problema. A imprensa, vez por outra, tece comentários a respeito e os próprios representantes do povo já dispõem de um anteprojeto de lei, de autoria do Deputado Paulo Mincaroni, versando sôbre a matéria.

Nesses debates o que temos notado é a preponderância dos aspectos políticos e administrativos, sôbre os técnicos, para o equacionamento do problema.

Dizem alguns que há necessidade do Ministério Militar único para obviar as dissensões políticas intestinas, que dilapidam o prestígio dos órgãos responsáveis pela nossa Segurança e procuram fazê-los meros instrumentos de paixões partidárias e intransigências políticas, dissonantes com o estado de maturidade democrática que tem sido outorgado ao Brasil de nossos dias. Pensam, ainda, êsses doutrinadores da nova idéia, que o mando político das três Fôrças se enfeixado num só Ministro excluiria o Poder Militar de intrometer-se nos fatos políticos do país; bem como, extinguiria possíveis rivalidades surgidas na área militar.

Outros balanceiam as vantagens do novo Ministério à base de cifras e vêem no Ministério único a possibilidade de drástica redução de gastos. Os pesados orçamentos das Pastas Militares seriam, assim, substancialmente restringidos e, dessa forma, o Ministério da Defesa teria necessariamente que sofrer despesas, diminuir efetivos, extinguir serviços, enfim, abolir o ideal ou o supérfluo, para viver do imprescindível, no "mínimo minimorum".

Tais comentários, como vêem, colocam as medidas de caráter técnico como decorrentes de imposições políticas ou administrativas. Considerar, assim, o Ministério da Defesa é não somente um desdouro para os profissionais das instituições militares, como seria admitir inépcia dos mesmos para modernizar aqueles organismos, em face da atual conjuntura nacional.

O problema em foco é antes de tudo de caráter absolutamente técnico.

A reestruturação das Forças Armadas, a racionalização de seus gastos e o planejamento de seu emprego, de acordo com a Política do Governo — interna e externa — parece ser questão que aos chefes militares cabe, precipuamente, o estudo e a iniciativa da proposta das linhas de ação solucionadoras.

A recolocação das Forças Armadas no atendimento exclusivo de suas missões constitucionais, a enunciação de uma Doutrina Militar — de integração das três Forças — e a de Emprego de cada uma, a adoção de nova "Ordem de Batalha" com vista à "nossa guerra" e o emprego de logística unificada podem ser propostos dentro do quadro do Ministério da Defesa, que viria ao encontro de todas as novas mudanças. Criado ele dentro de conceituação técnica preestabelecida, ter-se-ia em consequência atingido os demais aspectos aqui focalizados, ou sejam, os políticos e os administrativos.

Assim vejamos:

— O EMFA, dentro do Ministério da Defesa, não seria somente órgão assessor para estudos e planejamentos militares ou conselheiro nos assuntos de Segurança Nacional, mas sim o responsável pela total reestruturação de nossas Forças Armadas, colocado em posição que permitiria decisões irretorquíveis e, talvez, urgentes. As Secretarias da Guerra, Marinha e Aeronáutica, se bem que autônomas como os atuais Ministérios, estariam ligadas por liames de efetiva subordinação a uma só direção técnica, política e administrativa.

— A conduta política da imensa máquina militar do País, traçada em consonância com a Doutrina de Guerra Nacional seria facilitada pela unidade de direção das três Forças Armadas, cuja eficiência redundaria em benefício da garantia do bem-estar do povo brasileiro.

— A contenção das despesas militares seria, também, fruto da maior integração das Forças Armadas, na prestação de serviços técnicos comuns e na racionalização de todo o processamento da logística de paz.

Far-se-ia tudo isto dentro dos mais modernos princípios do emprego do Poder Militar, consentâneo com as possibilidades e anseios do país.